

## Economia



Affonso Ritter

## Observador

aritter20@gmail.com

## Os ensinamentos da crise

Já se tornou cansativo para muitos lembrar que a crise tem um outro lado, que não é apenas de lamentações e que são seus ensinamentos, envolvendo em geral a adoção de novas tecnologias. Os fatos se multiplicam, como o revelado pela Ultra Clean Brasil de São Paulo de que um dos seus clientes na área de cosméticos vem economizando R\$ 1,4 milhão ao ano só com o combate ao desperdício de produtos prontos na fábrica, decorrente da recuperação de mais de 500 litros de perfume por dia, antes retidos em mangueiras de 18 linhas de envase. E a Soprano de Farroupilha que acaba de trocar o tradicional bloco em papel de seus vendedores por tablets, que centralizam via software especial todas as informações: dos produtos aos pedidos.

## Educação ambiental

A gaúcha Ecosis Soluções Ambientais venceu a licitação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, de Pernambuco, para executar o Programa de Educação Ambiental e do Projeto Piloto de Prevenção, Monitoramento e Controle de Queimadas. As ações acontecerão nas linhas de transmissão, que atravessam 19 municípios entre Ceará e Paraíba.

## Iluminação por LED

O técnico Mauri Luiz da Silva vai ministrar, na Escola Projetha de Porto Alegre, nos dias 30 e 31 deste mês, cursos sobre iluminação, tema de três livros seus, com foco especial em LEDs. Estas viraram celebridades agora que foi anunciado o fim das lâmpadas incandescentes e sua substituição pelas LEDs.

## Congelados sem crise

Apesar do ambiente econômico desfavorável, a Brubins, das comidas congeladas, comemora o aumento de 30% nas vendas, principalmente de pratos típicos de inverno. No mocotó, por exemplo, ele foi de 50%, ultrapassando já em unidades toda a venda do ano passado.

## Marcas líderes recuam

As marcas líderes, que têm uma forte representatividade em faturamento, começam a perder espaço no mercado brasileiro para marcas menores, segundo a última pesquisa Nielsen. Das 127 marcas líderes, 29% tiveram diminuição no volume de vendas.

## Prejuízo das chuvaradas nas vendas

As chuvaradas atingiram principalmente o varejo do interior do Estado, onde 90% das lojas são de rua. Aí o prejuízo foi grande, com a queda das vendas pela dificuldade de acesso às lojas, mas que o setor só avalia no final do mês. Foi o que disseram na reunião mensal, ontem, em Porto Alegre, os associados da AGV. A Região Metropolitana contou prejuízo menor pela presença dos shopping centers. Mas a queixa dos lojistas não foi nem em relação ao clima, mas ao governador José Ivo Sartori, que “a cada fim de mês joga o caos na opinião pública, sobretudo em relação ao pagamento dos salários”, disse o presidente Wilson Noer. O que inibe as compras pelo funcionalismo estadual, que não sabe quando vai poder pagá-las.

VAREJO

## Portaria prevê veterinários em mercados da Capital

Legislação que exige presença do profissional surpreendeu a Agas



Medida foi elaborada com base nas reclamações de consumidores e constatações de irregularidades

Com o objetivo de proporcionar mais segurança aos alimentos que chegam à população, uma portaria municipal determina que supermercados e hipermercados de Porto Alegre precisarão contar com um responsável técnico (RT) por loja. No caso de produtos de origem animal, este profissional deve ser, por lei, um médico veterinário. A legislação, considerada pioneira no País, foi elaborada com base no grande número de reclamações de consumidores e na constatação de irregularidades em diversos estabelecimentos.

Publicada no dia 14 de julho, a Portaria Municipal 762/2015 da Secretaria da Saúde de Porto Alegre prevê a presença de profissional RT em qualquer estabelecimento que tenha mais de duas áreas de manipulação. “Em estabelecimentos que trabalham com a manipulação de produtos de origem animal, a lei determina que o RT seja um médico veterinário”, diz o chefe da equipe de Vigilância de Alimentos de Porto Alegre, Paulo Casa Nova.

Casa Nova explica que as áreas de manipulação que exigem a presença do veterinário podem ser fiambrias, açougues, peixarias e rotisseries. A principal alteração apresentada pela portaria, segundo ele, se refere ao fato de que, antes, uma rede de supermercados com 20 lojas, por exemplo, poderia ter

apenas um RT. “É impossível um profissional atender tantas lojas”, afirma Casa Nova. O texto ainda prevê que, em casos especiais, dependendo da complexidade das atividades desenvolvidas e do número de consumidores expostos, a Vigilância Sanitária poderá determinar um responsável técnico exclusivo para aquela unidade.

Para o coordenador de fiscalização e orientação profissional do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV-RS), Mateus Lange, a presença do RT nos estabelecimentos traz mais garantias ao consumidor. “É o RT que estabelece processos de boas práticas de fabricação, que implicam na observação de itens como validade dos produtos, temperatura e higienização dos locais de manipulação e exposição de produtos”, afirma. O resultado esperado é a redução da incidência de queixas recebidas pela Vigilância Sanitária e deve proporcionar um aumento de demanda para a contratação de profissionais.

Na outra ponta do balcão, a medida foi recebida com “surpresa” pelo presidente da Associação Gaúcha dos Supermercados (Agas), Antônio Cesa Longo. De acordo com o dirigente, a segurança alimentar é uma das preocupações constantes da entidade que representa o setor supermercadista no Estado. No entanto, conforme explica o dirigente, a

Agas sequer foi informada sobre a resolução. “Nos pegou de surpresa. O setor, com certeza, tem este foco e preocupação com a segurança alimentar. Existem técnicos nas empresas que atuam nessas áreas. Mas, a segurança alimentar não se restringe ao que essa portaria busca regular. Em um supermercado, há a rotisseria, pereceives, laticínios e, para isso, não seria necessário que esse profissional fosse especificamente um médico veterinário”, comenta.

Na avaliação de Longo, a maior preocupação da entidade se refere às dificuldades encontradas pelos estabelecimentos de menor porte. “As grandes redes podem contratar, mas os pequenos devem encontrar problemas. Não há uma lei que sejamos contrários, mas é sempre melhor que ela seja justa a todos. Por que só os supermercados serão fiscalizados, e não os restaurantes? Um hotel não teria que ter esse tipo e fiscalização também?”, questiona.

O dirigente ainda informa que uma reunião agendada para hoje com comitê jurídico da Agas deve determinar um posicionamento da entidade. “Possuímos um bom relacionamento com órgãos públicos e causa estranhamento uma determinação destas, que chega sem uma consulta prévia. Por isso, vamos sentar, discutir e buscar o município e equalizar alguns pontos”, revela.

RESPEITE AS VAGAS  
PARA IDOSOS.

EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO.  
SEGURANÇA PARA TODOS!

www.sincodiv-rs.com.br